

A pluriatividade como fator de desenvolvimento do espaço rural do Médio Vale do Itajaí*

Sérgio Roberto Maestrelli¹

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

O trabalho evidencia os aspectos históricos da pluriatividade, a sua presença desde o início da colonização. Analisa o momento atual e as tendências futuras deste processo no meio rural do Vale do Itajaí, bem como a sua importância para o desenvolvimento da família rural. Conclui que a agricultura de tempo parcial fortalece a agricultura familiar na medida em que reduz a sua vulnerabilidade econômica, evitando a perda da identidade cultural e projeta-se como um futuro cenário cada vez maior nas áreas rurais. O espaço rural não contempla mais somente a sua

Abstract

The work points out the historical aspects of pluriactivity from the beginning of colonization period. It considers the present and future trends of this process in the rural area of Itajaí River Valley, as well as its importance for the socio-economical and cultural development of the rural family. Its concludes that part-time agriculture strengthens family farming in terms of reducing its economical vulnerability and avoiding the loss of cultural identity; it is spreading quickly as a future scenario in the rural areas. Besides, the pluriactives open new horizons and offer new choices for the professional development of rural youth. The Rural Area does not

* Pluriactivity as a development factor in Rural Area of Itajaí River Valley

¹ Engenheiro Agrônomo, mestre em Agroecossistemas pelo PPGAGR/CCA/UFSC

dimensão agrícola. É o que se constata no Vale do Itajaí. comprise only its agricultural dimension any more. This is what was observed in Itajaí River Valley.

Palavras-chave: Pluriatividade, agricultor de tempo parcial, Vale do Itajaí. **Keywords:** Pluriactivity, part-time, Itajaí River Valley.

1. A descrição do cenário

1.1. Introdução

A pluriatividade no meio rural é um tema, cuja abordagem vem despertando cada vez mais o interesse do mundo acadêmico, devido principalmente a sua velocidade de propagação a partir dos anos 80, em determinadas regiões rurais do país onde a diferença entre o rural e urbano, se torna cada vez menos perceptível.

As áreas rurais estão cada vez mais associadas ao desenvolvimento de atividades de natureza não agrícola. Face às mudanças que se vislumbram, a população rural é compelida a empregar diversas estratégias de sobrevivência, entre elas a de realizar novas tarefas produtivas.

O meio rural, sob o ponto de vista econômico, não pode ser mais identificado apenas como áreas específicas de produção agrícola. Sob o ponto de vista social, a organização do trabalho se parece cada vez mais com o da cidade, e sob o ponto de vista espacial, está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano.

As funções tradicionais da agricultura brasileira, como abastecimento de produtos a baixo custo, geração de divisas para o país, servir de mercado para a indústria emergente, liberar mão-de-obra para os demais setores da economia, financiar o desenvolvimento nacional, gerar energia, cedeu parte deste espaço para o estabelecimento de novas funções que passaram a significar fonte de emprego, de renda e de ocupação para as pessoas residentes no meio rural.

São as atividades como: eco-turismo, turismo rural, preservação ambiental, reflorestamento, hipismo, indústria artesanal de alimentos, atuação de profissionais liberais, restaurantes típicos, artesanato, pesque-pagues, pousadas, sítios, chácaras de finais de semana, residências, produção de flores e plantas ornamentais, hotéis fazendas, pequenos empreendimentos industriais e comerciais, spas e recantos.

O mundo rural rapidamente se transforma num território de atividades econômicas diversificadas, agregando agricultura, indústria, comércio, além de um aumento sensível na área de prestação de serviços. Determinadas áreas rurais como por exemplo, o Médio Vale do Itajaí, está cada vez mais associado a atividades de natureza não agrícola.

Graziano da Silva (1996), afirma que, “*já não se pode falar em meio rural , identificando-o exclusivamente com agricultura*”. Tal afirmação se torna mais evidente em regiões com predominância da agricultura familiar, onde a pluriatividade passou a ser uma meta a ser alcançada, como fator preponderante na elevação da renda rural. O agricultor de tempo parcial, anteriormente visto como um homem rural com “um pé na estrada rumo à cidade”, é um conceito que precisa ser revisto. Este processo não representa uma descaracterização da agricultura familiar e sim fortalecimento pois confere a este modelo econômico, uma maior estabilidade e melhoria nas condições de vida. A pluriatividade poderá permitir inclusive, uma redistribuição populacional nos territórios, cuja tendência atual converge para uma concentração nos médios e grandes centros.

A incapacidade da agricultura familiar em remunerar de modo satisfatório a mão-de-obra e conseqüentemente as necessidades, aspirações e anseios da família rural é que têm levado à diversificação das fontes de rendimento ou seja, a busca por atividades não agrícolas. No período colonizatório do Vale do Itajaí, como pode ser observado detalhadamente neste artigo, a busca por atividades não agrícolas por parte dos agricultores familiares constitui fator preponderante no contexto-sócio-econômico de suas propriedades , e se verificou em parte também devido à falta de profissionais em muitas dessas áreas. A própria revolução verde que provocou a exclusão de milhares de famílias do processo produtivo agrícola, forçou a intensificação pela busca do trabalho não agrícola.

Para a família rural, as atividades de natureza não agrícola, além de abrir espaços para muitos filhos sem condições de se tornarem proprietários rurais, porém com a opção de residência no meio rural, constitui uma forma de se evitar o abandono definitivo do campo. O desenvolvimento destas atividades constituem iniciativas que nem sempre requerem altos investimentos e representam para muitos a obtenção da independência econômica em relação aos demais membros da família. Vem a se constituir também num mecanismo de elevação de renda da propriedade.

Permanecer no campo e ao mesmo tempo poder usufruir do bem estar e conforto do meio urbano, possibilitar a criação de pequenos animais, poder produzir para o auto-consumo e eventuais vendas, fugir do aluguel e de outros encargos tipicamente urbanos, são estratégias que a população rural busca para assegurar um bom padrão de vida. Assim, cada vez mais pessoas residentes no meio rural conciliam o desempenho de atividades agrícolas agregadas a atividades não agrícolas. Longe de representar uma ameaça à propriedade rural, a ida parcial para a cidade ou para outras atividades, não diminui a importância da propriedade rural para a família e sim confere a ela estabilidade, estabilidade esta constantemente abalada pela alta de insumos e queda dos preços dos produtos agrícolas. A terra continua tendo para o agricultor de tempo parcial um forte conteúdo econômico e também cultural.

1.2. Do conceito

Num conceito amplo, a pluriatividade pode ser definida como sendo o desenvolvimento pelos agricultores, de atividades de caráter não agrícola no meio rural, dentro ou fora da propriedade rural, como profissionais autônomos ou como assalariados, temporários ou permanentes combinando ou não com atividades agrícolas.

1.3. Das origens

As atividades não agrícolas de bases artesanais constituem um aspecto do processo produtivo do estilo de vida camponês que remonta à velha Europa da idade média, cujos aspectos se acentuaram muito a partir do sec XIX.

Já nesta época, de acordo com Seyferth (1974), a partilha das propriedades subdividiu de tal forma as terras que os camponeses se viam obrigados a intensificar a busca por novas ocupações. O artesanato, bem como o estabelecimento de pequenos comércios, venda de mão-de-obra, são algumas das estratégias que permitiam à família camponesa, o aumento de ingressos econômicos e que contribuíam para a própria reprodução do camponês.

Neste cenário, com a chegada do rigoroso inverno europeu, quando os trabalhos agrícolas se interrompiam, os camponeses se dedicavam ao trabalho assalariado do corte e transporte de lenha das florestas, ou exerciam a função de assalariados nas minas de carvão.

1. 4. Das causas da pluriatividade

As causas que motivaram a busca de rendas não propriamente agrícolas pelos imigrantes que se estabeleceram no Vale do Itajaí foram praticamente as mesmas de seus antepassados: dívidas, aspectos culturais e a falta de recursos em dinheiro. No caso dos imigrantes, as dívidas eram aquelas contraídas junto à Administração Central da Colônia para o pagamento das terras e com os vendeiros no período inicial que antecedia a primeira colheita. Na fase atual, o desempenho de atividades não agrícolas, proporciona uma complementação de renda cada vez mais necessária em virtude da baixa remuneração dos produtos agrícolas.

Buscar as origens, as causas, rever os aspectos históricos e evidenciar a pluriatividade no processo econômico das propriedades rurais do Médio Vale do Itajaí, além de discutir o comportamento e a atitude do profissional da extensão rural neste contexto, são os objetivos propostos.

2. Dos aspectos históricos da pluriatividade no vale do Itajaí

Em virtude da inexistência de caminhos, os primeiros colonos foram incumbidos da abertura de picadas. Sentindo a necessidade de aumentar a renda familiar, eles aderiram em massa aos trabalhos de abertura de picadas principais acompanhando o curso dos rios e, a partir deles, se promoveu a abertura de picadas secundárias que se estendiam em direção ao fundo do vale.

O processo de colonização adotado pelo Dr. Blumenau que priorizava a formação de inúmeros povoados e vilas, ampliou os contratos de abertura e construção de estradas, cujos colonos aderiram em massa. Ao trabalhar nas estradas, os colonos recebiam do governo, pagamento em dinheiro e/ou em terras devolutas. Com esses recursos, muitos colonos procuravam abater parte de suas dívidas, contraídas junto à Administração da Colônia. Posteriormente surgiram também os trabalhos ligados à construção das estradas de ferro.

Uma outra atividade muito comum nas primeiras décadas de colonização foi a função exercida pelos puxadores de madeira para as serrarias, os chamados “*Zu puschen*”¹, cujo produto era obtido na derrubada da mata para a abertura de estradas.

Nos primórdios da colonização, a unidade de exploração familiar estava impossibilitada de obter apoio comunitário e sem as mínimas condições de empregabilidade de mão-de-obra estranha à família. O número de pessoas que se dedicavam a afazeres não agrícolas era reduzido. Porém o grupamento doméstico também se envolvia em trabalhos artesanais, fabricação de produtos derivados da agropecuária e mesmo alguns inovavam com pequenas fabriquetas ou comércio de pequeno porte.

Um outro aspecto que deve ser mencionado no processo de colonização do vale do Itajaí, é a constatação de que alguns membros das famílias rurais, por circunstâncias diversas, optaram por aderir aos trabalhos complementares fora da propriedade rural. Eram os colonos artífices. Esses aprendizes, geralmente filhos de colonos, ao iniciarem a vida profissional em atividades não agrícolas, trabalhavam um determinado período sem remuneração. Recebiam apenas pensão e uma gratificação.

Por outro lado, a pluriatividade se evidencia também em outras atividades econômicas desenvolvidas no meio rural, muitas delas não possuindo relação direta com a produção agropecuária propriamente dita. Cita-se como exemplo as atividades praticadas pelos colonos em olarias, ferrarias, serrarias, produção de carvão vegetal, extração de óleo sassafrás, extração de areia, cervejarias, trabalhos em engenhos de açúcar, de farinha de mandioca, alambiques, produção de farinha de milho, produção de vinhos, derivados de leite, doce de frutas, fabricação de banha, que era o “ouro branco” dos colonos.

Nesse período de expansão de tais atividades, a montagem de engenhos movidos por força animal ou por rodas d’água revela todo o potencial artesanal. Surgem então a carpintaria e a ferraria que se constituiriam em dois novos trabalhos de caráter não agrícola, para diversos membros das famílias rurais. Aparecem então os colonos-carpinteiros e os colonos-ferreiros. A importância sócio-econômica desempenhada pelos engenhos e atafonas no período colonizatório pode ser claramente percebido pelo grande número dessas unidades instaladas em praticamente todos os recantos do vale do Itajaí.

² Agricultores especializados no transporte de madeira no período inicial da colonização.

A carpintaria inicialmente era considerada um trabalho secundário e feito apenas nas horas disponíveis ou em dias impróprios para o trabalho agrícola. Com o decorrer dos anos, esta atividade artesanal de caráter não agrícola evoluiu bastante, passando a ser uma atividade praticamente exclusiva, porém ainda desenvolvida no âmbito familiar. Com um grande número de riachos, o Vale do Itajaí proporcionou o aproveitamento da energia hidráulica, permitindo a montagem de serrarias, engenhos e atafonas. Deste modo, a carpintaria ganha corpo e se constitui num determinado período da colonização em outra fonte de renda não agrícola para a família rural. Esses profissionais detinham excelente remuneração e enorme prestígio junto às comunidades onde atuavam.

Embora existentes em grande número nas colônias do vale, os engenhos e atafonas não constituíam prerrogativa de todas as propriedades. Assim sendo, aqueles que não os possuíam, eram obrigados a recorrer aos vendeiros e/ou vizinhos que se dedicavam à prestação de tais serviços, constituindo-se numa nova modalidade de trabalho acessório para o meio rural.

Por outro lado, uma outra figura, comum em todo o Vale do Itajaí no século XIX também viria a se constituir numa fonte de renda não agrícola exercida por alguns colonos. Era a figura do “pombeiro”. Este personagem era quase sempre um colono que, dispondo de carroça, em determinados dias do mês recolhia as mercadorias que seus vizinhos podiam dispor para a venda.

Uma outra faceta da imigração no Vale do Itajaí era a presença das “vendas”, cujos comerciantes eram quase sempre os colonos. Muitas dessas casas comerciais surgiam dentro da própria propriedade rural, explorando ao mesmo tempo comércio e atividades agrícolas. Essas vendas, e a Igreja, detinham o monopólio da vida social do meio rural, realidade que ainda hoje persiste fortemente em muitas localidades.

A atividade de músico atuando individualmente ou como membro de bandas típicas, muito comuns no Vale, constituíam um outro trabalho classificado como sendo de natureza acessória. Esta atividade ainda persiste, pois inúmeros agricultores participam de bandas típicas alemãs que animam bailes, casamentos, festas de Rei, e outros eventos durante todo o ano, principalmente nas Festas de Outubro. *“Quando eu era jovem, além de me dedicar à lavoura e ao gado leiteiro, eu era músico. Chegava a ganhar o equivalente a 250 litros de leite por*

final de semana. Eu exercia a atividade de agricultor, músico e era também puxador de leite na comunidade. Com carroça puxei muito leite para os laticínios. Como músico eu animava uma festa sozinho”, afirma Luiz Butzke, agricultor da Comunidade de Cedro margem esquerda, município de Timbó.

Acrescenta-se às atividades já citadas, outras prestadoras de serviços como o colono-motorista, o colono-funcionário público, o puxador de leite das comunidades rurais, a figura do colono que alugava arados, arrendava roças, pastagens, animais de tração e reprodutores.

Já inúmeras agroindústrias de abrangência regional (laticínios, fecularias, frigoríficos, engenhos de arroz), mantinham em seus quadros um grande contingente de empregados-agricultores. Frederico Lorenz, industrial timboense relata que:

“ a Empresa Fritz Lorenz S/A, fundada em 1890 ou simplesmente “Firma Lorenz”, na linguagem dos agricultores, operava no ramo de frigorífico, laticínios, conservas, fábrica de sabão, engenho de arroz, com dezenas de empregados-agricultores. O mesmo ocorria com a Companhia Jensen em Blumenau, a Weege em Pomerode, a Gumz em Jaraguá do Sul, a Schroeder em Indaial. Teve também a indústria de fécula com início em 1911 através de seu fundador Hans Lorenz. Essas fábricas e agroindústrias serviam de fonte do segundo trabalho para muitos agricultores da região.”

A educação, por parte dos colonos se constituiu numa preocupação anterior à própria preocupação governamental. Lecionar em escolas em alemão e italiano, era prerrogativa dos colonos que detinham a melhor instrução. Selecionado pela própria comunidade, o colono ao lecionar não abandonava as atividades agrícolas em sua propriedade. A baixa remuneração não permitia tal atitude e a prática era vista como mais um trabalho acessório.

O comércio dos vendeiros se transformou numa fonte de acumulação de capital, permitindo o desenvolvimento da indústria têxtil, aspecto este facilitado pela presença da mão-de-obra de agricultores. Com o surgimento da indústria têxtil, muitos agricultores passaram a trabalhar

parte do tempo nas fábricas dos comerciantes e parte do tempo nas lavouras. A nascente indústria têxtil se anunciava como a fonte mais provável e promissora de trabalho não agrícola para as famílias rurais. As pequenas indústrias têxteis recém-montadas, em virtude da carência de transportes da época, instalam suas seções de modo descentralizado por toda a colônia com o objetivo de aproveitar a mão-de-obra que se dedicava à agricultura. Filhos de agricultores começam a atuar em massa nas fábricas e malharias da região. Os colonos se transformam então em colonos-operários. São personagens que mesmo trabalhando em fábricas, não abandonam a atividade agrícola, não abandonam a sua casa, a sua propriedade e mantêm vínculos com a comunidade rural.

Quanto a este aspecto, BRUMER (1995), enfatiza que a terra para o agricultor familiar possui uma dimensão real e uma dimensão simbólica.

“A dimensão real se refere às suas possibilidades como moradia e meio de obtenção de subsistência. A dimensão simbólica diz respeito à determinação de sua identidade, de sua relação com a natureza, com os mitos e valores a ela conectados. A terra significa além da produção, segurança.”

Dentre as pessoas que exerciam atividades agrícolas e não agrícolas, pode-se citar o seu personagem mais famoso: Fritz Müller, homem de ciência, estudioso da fauna e da flora, manteve intensa correspondência com Charles Darwin, de quem recebeu o título de “Príncipe dos Observadores”, ele também era detentor de uma propriedade rural onde trabalhava como colono. Daí a expressão “cientista-colono”. Um outro personagem denominado de colono-pesquisador foi o Dr. Giovanni Rossi, que dirigiu a Estação Agronômica de Rio dos Cedros, fundada em 1895 no governo de Hercílio Luz, primeira instituição criada pelo poder público para atuar na pesquisa agrícola.

A propriedade agrícola de mão-de-obra familiar, a produção diversificada para o auto-abastecimento, o pequeno excedente para o mercado, o artesanato, somando-se a uma busca constante por atividades não agrícolas, moldou o desenvolvimento sócio-econômico e cultural do meio rural do Vale do Itajaí.

3. O momento atual da pluriatividade no meio rural do Vale

As transformações do trabalho e das relações sociais no mundo rural, a ação dos meios de comunicação de massa, estão fazendo com que o urbano e o rural em muitas regiões, não correspondam mais a realidades tão distintas do ponto de vista econômico, social e cultural como existiam no passado.

CARNEIRO (1997), comenta que:

“... uma das contribuições do agricultor familiar na formulação de respostas à crise do modelo produtivista, reside na pluriatividade, uma forma alternativa de se explorar a agricultura e que não implica necessariamente na descaracterização da cultura local”.

No meio rural catarinense, notadamente nas regiões de pequenas e médias propriedades, é cada vez visível o fenômeno da pluriatividade. Está ocorrendo uma significativa expansão de um conjunto de serviços que se configuram como atividades exercidas no meio rural, porém de natureza não agrícola. Tal realidade, evidencia a importância que a pluriatividade adquire no contexto do meio rural catarinense, principalmente no Vale do Itajaí.

Nas décadas de 70 e 80, em muitos municípios do Vale, a facilidade de transporte e deslocamento entre o meio rural e urbano, através de ônibus e kombis mantidos pela própria indústria, aliado ao uso intensivo de bicicletas, uma paisagem muito típica do Vale, permitiu a expansão da figura do operário-agricultor. Em muitas propriedades rurais, ocorreu neste período uma inversão. O trabalho agrícola antes principal, vira acessório. A agricultura se transformou em fonte de renda complementar. As cidades periféricas pertencentes ao Médio Vale como Doutor Pedrinho, Benedito Novo, Rio dos Cedros, Apiúna, Ascurra, Guabiruba, Botuverá, com um parque industrial menos desenvolvido, forneciam mão-de-obra a municípios como Indaial, Timbó, Blumenau, Brusque na figura do operário-agricultor.

A globalização inserida nos anos 90 trouxe consigo a recessão econômica e estabeleceu uma nova realidade. No município de Blumenau, maior pólo industrial do Vale do Itajaí, ocorreu uma sensível queda no

nível de emprego com reflexos em todos os municípios do Vale. Muitos agricultores de meio período tiveram que largar seus postos de trabalho na indústria e apostaram este período vago em atividades não agrícolas no meio rural. A perda do emprego industrial do operário agricultor, o transforma em agricultor empreendedor.

Esta volta não significou necessariamente um retorno à atividade essencialmente agrícola, mas a uma diversificação ainda maior das atividades no meio rural da região. O crescimento das atividades não agrícolas no meio rural se intensificou e se diversificou englobando pequenas unidades de industrialização artesanal de frutas, hortaliças, derivados de carne suína, derivados de leite, que tiveram um grande impulso com os cursos profissionalizantes disponibilizados pela extensão rural. A este espaço rural agregam-se outras funções não agrícolas como, pequenas malharias, micro-usinas de leite, artesanato em vime, olarias, produção de grama, produção de flores, propriedades adaptadas ao lazer, turismo ecológico, turismo rural, pesque-pagues, restaurantes típicos, pousadas, além de um crescimento muito grande na prestação de serviços por profissionais liberais. O turismo, que atinge o seu ápice nas festas de outubro, também abriu grandes perspectivas para os agricultores do Médio Vale.

O meio rural do Vale também apresenta fortes indícios de urbanização e se consolida cada vez mais como um espaço para o lazer e para domicílio de um grande número de pessoas que desempenham atividades urbanas. Em vários pontos, o visitante sente dificuldades em separar o que é urbano, do que é rural, se é que ainda se pode falar na dicotomia rural-urbano. Residências, fábricas, plantações e criação de animais se confundem ao longo das estradas. São milhares de propriedades rurais e milhares de indústrias. É a região do equilíbrio cidade-campo por excelência. Alguns municípios de porte médio como Brusque, Indaial, Timbó e Pomerode, expandiram seus respectivos perímetros urbanos, ficando um percentual significativo da população dita urbana, com características rurais. Muitos migrantes se instalaram em áreas na zona rural e buscam emprego na cidade. A forte interação com o urbano e a disponibilidade de trabalho em áreas próximas à propriedade rural, possibilita que um grande número de jovens permaneça nas propriedades de seus pais, evitando em parte o envelhecimento da população rural.

Toma-se por exemplo o personagem Bruno Klitke Filho, de manhã agricultor, e que à tarde transforma-se em operário. Num

período “patrão de si mesmo” na comunidade de Cedro Margem Direita, num outro período de trabalho é operário especializado numa indústria têxtil no município de Timbó

É assim o modo de vida de milhares de pessoas do Vale do Itajaí. Da propriedade agrícola, obtém excedentes para a venda e grande parte da alimentação; e do salário da indústria, os recursos para as demais necessidades. A pluriatividade é uma característica do desenvolvimento do meio rural do Vale do Itajaí. É um fenômeno que se apresenta visível desde o início do processo de colonização do Vale e se intensifica cada vez mais. Constitui um fator para o processo de sustentabilidade das famílias rurais. Desde o início da colonização, originou-se na região uma classe de agricultores que possuíam dupla ocupação, ficando assim evidenciada a agricultura desenvolvida em tempo parcial. O meio rural do Vale do Itajaí tem seu dinamismo econômico alicerçado na agricultura familiar, caracterizada por um forte processo de integração sócio-econômico com o meio urbano. A relação “agricultura-indústria” se estabeleceu desde o marco inicial da imigração, ocorrido em 1850.

Esta dupla ocupação do agricultor que ora se revela de modo permanente, ora de caráter temporário, de modo assalariado ou autônomo, dentro ou fora da propriedade rural se expande rapidamente.

É comum observar em todo o Vale do Itajaí pessoas que exercem atividades urbanas, porém nas horas de folga, dedicam-se ao cultivo de produtos agrícolas e à criação de animais, mesmo no perímetro urbano. O inverso também ocorre, ou seja, o agricultor com o tempo parcialmente ocupado por atividades de caráter não agrícola. Frederico Lorenz, industrial timboense é da opinião de que:

“... a atividade agrícola deve conviver lado a lado com a fábrica e que esta deva ser explorada como sendo também um reduto de garantia contra períodos de crise. Sempre dei prioridade para os empregados de minha empresa que em regime de tempo parcial, continuavam a explorar a propriedade. Em certas épocas até facilitava o horário de trabalho deles. Era bom para a empresa, era bom para eles, era bom para o município. Pode-se viver com um pé na colônia e outro na cidade. Os agricultores-operários trazem benefícios para toda a região.”

Em parte se explica essa preferência pelo agricultor, devido a sua resistência física, disciplina, e a cultura do trabalho, que são atributos desta mão-de-obra intensamente disputada. As propriedades rurais se utilizam de mão-de-obra familiar com maior intensidade em determinados períodos do ano e gera uma certa ociosidade nos demais períodos. É a chamada sazonalidade da mão-de-obra da família rural. Esta característica sempre que possível foi aproveitada e é respeitada pelos empresários da região.

Na opinião de Henry Paul, ex- prefeito do município de Timbó:

“ o minifúndio requer um rendimento máximo. Para sobreviver os agricultores usam de várias estratégias. Uma foi a de se ocuparem com atividades não agrícolas. Desta forma eles obtêm uma renda que se agrega à propriedade rural. No passado dirigiam-se às indústrias a pé ou a cavalo. Hoje dirigem-se a elas, de moto ou bicicleta”.

O que diferencia esses operários-agricultores do operário propriamente dito, é que essas pessoas mesmo atuando em fábricas, indústrias e no comércio local, ou como profissionais autônomos, conservam uma característica fundamental: Mantêm-se física e espiritualmente integradas às propriedades rurais e as suas respectivas comunidades de origem, mantendo a cultura, usos, costumes e tradições. Não há o desenvolvimento de uma cultura de cunho proletário.

“Extensionistas, e agricultores conseguiram desenvolver muitas propriedades que hoje vivem em harmonia e lado a lado com a indústria”.

Arthur Hoccheim, comerciante

3.1. A pluriatividade no universo pesquisado

Visando complementar os baixos rendimentos da agricultura e aumentar o seu padrão de vida, a própria Família Rural desenvolveu estratégias para aumentar os seus ingressos econômicos. Num grupo de trinta famílias, capacitadas pela Epagri através de cursos profissionalizantes, as principais fontes de renda de natureza não agrícola de seus membros,

ficaram assim distribuídas: Indústria e Comércio (14), Comerciantes de produtos artesanais em feiras livres (5) Prestadores de Serviços (5), Poder Público (1) venda de mão-de-obra (1)

As atividades desenvolvidas na indústria e comércio se concentram no ramo têxtil e metalúrgico. Como prestadores de serviços se destacam as profissões de pedreiro, eletricitista, carpinteiro e mecânico. No poder público, figura um tratorista e a venda de mão-de-obra parcial ocorre numa propriedade leiteira.

Citado à parte, as aposentadorias e pensões (12) representam outra fonte de renda significativa para algumas famílias rurais.

“O dinheiro da oma (avó) também ajuda muito, isto quando não precisa de remédio e chapa (raio x). É sempre um dinheiro que vem no dia certo”.

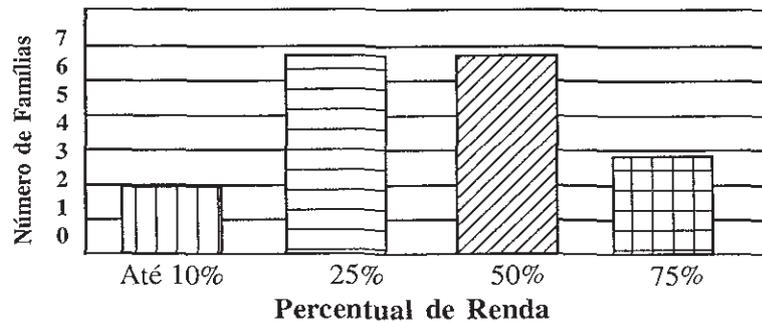
Comentário de um agricultor

O meio rural do Médio Vale do Itajaí tem sido alvo de um êxodo agrícola, porém não de um êxodo rural. A população rural tem se mantido praticamente constante nas últimas três décadas. Tal fato se deve em parte às atividades pluriativas. A tabela 1 mostra o grau de intensidade das atividades não agrícolas nas propriedades familiares pesquisadas, enquanto que a figura 1, o percentual da renda não agrícola na composição da renda total dessas famílias.

Tabela 1. Número de membros da família rural que se dedicam a atividades não agrícolas.

Especificação	Número
Famílias exclusivamente com atividades agrícolas	13
Famílias com 1 membro em atividades não agrícolas	10
Famílias com 2 membros em atividades não agrícolas	5
Famílias com 3 membros em atividades não agrícolas	2

Figura 1. Percentual da renda não agrícola na composição da renda total da família rural.



Dos 26 membros ligados a atividades não agrícolas, apenas 1 dispunha de capacitação profissionalizante na área onde atuava, tendo efetuado um curso de torneador e mecânico no SENAI. Demonstra-se assim a grande deficiência de capacitação dos membros da família rural nas atividades não agrícolas. Quanto ao interesse dos membros da família rural por cursos não agrícolas, as áreas mais mencionadas foram: computação; carpintaria; mecânico; arte culinária; corte e costura; merenda escolar; flores e jardins; meio ambiente; saúde; educação; turismo rural; artesanato em vime; pedreiro; pintor e eletricitista.

“Eu não vou sair daqui. Gosto do trabalho da agricultura. Mas um curso de costureira ia me ajudar bastante. Posso trabalhar para a Sul Fabril em casa, como a vizinha”.

Comentário de uma mulher agricultora

4. Dentro deste contexto, como operacionalizar a profissionalização ou capacitação deste ator social?

A extensão rural, outrora com ações essencialmente agrícolas no espaço rural precisa ser revista e redirecionada para este novo cenário, devendo atuar nesses novos projetos que estão inseridos no fenômeno da pluriatividade no meio rural.

O programa de profissionalização da família rural, leia-se capacitação profissional, deve contemplar em seus cursos essas novas atividades formadoras de renda e possibilitar que inúmeras famílias

tenham acesso a elas. Esta capacitação em atividades de natureza não agrícola pode ser realizada mediante o estabelecimento de parcerias da extensão rural com órgãos e entidades afins

Outra argumentação consistente em favor da participação da extensão rural na capacitação de agricultores em atividades não agrícolas, reside na constatação de que a própria visão do Governo e da Sociedade Brasileira para com o setor rural, outrora negativa e até mesmo pejorativa, começa a emitir sinais de mudanças. Amplia-se na sociedade brasileira a implementação da idéia de desenvolvimento rural em oposição à idéia de desenvolvimento agrícola

A visão puramente agrícola do meio rural pode ter tido suas razões no passado, porém é preciso entender que o meio rural hoje vai além da produção do “feijão com arroz”. É preciso que se produza sociedade, cidadania e não apenas alimentos. Entende-se que o crescimento agrícola é necessário, mas por si só não constitui condição suficiente para o desenvolvimento rural. É preciso que se reconheçam as limitações de uma proposta de desenvolvimento unicamente produtivista na sociedade atual.

Hoje o espaço rural se transforma rapidamente num local de atividades diversificadas, gerando um outro tipo de riqueza que está baseada nas atividades não agrícolas e na prestação de serviços. O mundo rural passa a conter o espaço vital de um grande contingente populacional e assim deve ser enfocado, e não mais apenas como espaço de produção agropecuária.

Os técnicos da pesquisa, extensão rural vinculadas ao Governo, bem como demais órgãos e entidades com atuação no mundo rural devem ter a sensibilidade para captar tais mudanças. É na falta de uma visão global dos problemas da família rural, que reside o fracasso de muitos projetos e ações voltados para o homem do campo.

Baseando-se nas referências bibliográficas e principalmente apoiado nas pesquisas de campo efetuadas pode-se concluir que:

1. Os jovens rurais estão à espera de capacitação que os transformem em agricultores com novas idéias e projetos que permitam escolher o campo como um espaço de realizações. Os projetos pluriativos podem se transformar em projetos de vida para esses jovens, que optaram pelo espaço rural;

2. O surgimento de famílias rurais pluriativas se intensificam cada vez mais no meio rural. A pluriatividade garante a busca de maior renda, sem haver necessidade de abandono da área rural;
3. A incapacidade (histórica) da agricultura familiar em remunerar de modo satisfatório a mão-de-obra e conseqüentemente as necessidades e aspirações da Família Rural se constitui num dos fatores para a diversificação das fontes de rendimento e da busca por atividades não agrícolas;
4. Um outro fator responsável pela busca por fontes de rendimentos não agrícolas é de ordem subjetiva e reside no aspecto cultural do agricultor do Vale do Itajaí, que busca constantemente a melhoria de sua qualidade de vida;
5. A pluriatividade no meio rural se constitui num um fator de opção consciente de permanência de pessoas no espaço rural. Este componente não pode ser excluído na formulação um projeto de desenvolvimento rural sustentável;
6. Vislumbra-se no horizonte muitas outras maneiras de se exercer a profissão de agricultor, ultrapassando o modelo atual normatizado de mero produtor de alimentos e matérias-primas. O agricultor não está renunciando ao seu papel, mas mudando de perfil;
7. A importância das rendas provenientes do desenvolvimento de atividades não agrícolas por parte dos agricultores cresce em ritmo acelerado. É cada vez maior o seu percentual na composição da renda agrícola total. Este processo longe de representar uma ameaça à manutenção do modelo de agricultura familiar, confere a ela, estabilidade e melhoria no nível de ingressos econômicos;
8. O papel econômico atribuído à agricultura tende a declinar um pouco mais, porém o trabalho rural não agrícola tende a se valorizar. Na região, o êxodo rural vem sendo gradativamente substituído por um pequeno êxodo agrícola, pois a população rural do Vale permanece praticamente a mesma;
9. As atividades não agrícolas associadas às atividades agrícolas tradicionais representam grandes perspectivas ocupacionais, principalmente para a juventude rural, afastando um cenário relativamente próximo de agricultores idosos e sem sucessores. A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas também contribui para a permanência da juventude no campo, permitindo que se amplie o leque da realização profissional entre os jovens no meio rural;

10. O Vale do Itajaí se constitui num misto de rural e urbano de difícil delimitação. É formado por um ambiente mesclado de produção e moradia; de lazer e proteção ambiental; de equilíbrio populacional e de preservação da identidade cultural;

11. A integração das atividades agrícolas e não agrícolas abre grandes perspectivas para a agricultura familiar e a intensificação deste processo contribui para o processo de cidadania no campo e a redução das desigualdades sociais;

12. As atividades não agrícolas no meio rural têm também revitalizado algumas atividades agrícolas tradicionais principalmente aquelas relacionadas com a indústria artesanal de alimentos;

13. A exploração da propriedade agrícola de base familiar, a produção diversificada para o próprio consumo, o pequeno excedente para o mercado, o artesanato, a indústria caseira de alimentos, somando-se a uma constante busca por atividades não agrícolas, moldou o desenvolvimento do meio rural do Vale do Itajaí;

Diante do exposto em que se concebe o espaço rural como sendo um local que se transforma rapidamente em áreas de atividades econômicas diversificadas e que o meio rural hoje, vai muito além da produção de alimentos e matérias-primas, recomenda-se aos técnicos que atuam junto à família rural que:

1. Seja promovido cursos que contemplem atividades não agrícolas, muitas das quais já inseridas no espaço rural da região, ampliando-se deste modo o seu alcance sócio-econômico;

2. A operacionalização da capacitação da família rural em atividades não agrícolas desenvolvidas nas propriedades ou nas comunidades rurais, pode ser alcançada mediante o estabelecimento de parcerias entre a extensão rural e órgãos como fundações, universidades e outras instituições afins;

3. Um programa de capacitação em atividades não agrícolas abre novos horizontes e pode assegurar as opções de realização profissional das jovens e dos jovens no meio rural. Tais atividades podem promover também o interesse da mulher por uma opção de buscar o seu futuro no próprio espaço rural. Uma vez que capacitada para o desempenho de tais atividades, ela estaria liberada da necessidade de visualizar o futuro apenas na condição de mulher exclusivamente agricultora.

5. Considerações Finais

A agricultura de tempo parcial fortalece a agricultura familiar na medida em que reduz a sua vulnerabilidade econômica, evita a perda da identidade cultural e projeta-se como um futuro cenário nas áreas rurais. O espaço rural não contempla mais somente a sua dimensão agrícola. É o que se constata no Vale do Itajaí.

Referências bibliográficas

BRUMER, A. Terra e produção: estratégias desenvolvidas por pequenos produtores modernizados face aos limites da escassez de terra. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, Porto Alegre, v-25, p 58- 1995.

CARNEIRO, J. M.. Ruralidade: novas identidades em construção. In: X CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35.,1997, Natal. Anais do X Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Natal, 1997.

DESER . *Diagnóstico do desenvolvimento rural de Blumenau: subsídios e propostas para a elaboração do plano de desenvolvimento rural sustentável*. Curitiba, PR, 1997. 47p.

MAESTRELLI, S. R.; BECKER, C. M.; HOLDERBAUM, V. *A extensão rural na história de Timbó*. Florianópolis: ACARESC, 1988. 184p. il.

MAESTRELLI, S. R.. *Fatos e imagens do meio rural de Timbó*. Timbó, SC: Tipotil, 1992. 184p.

MARSDEN, T. *Beyond agriculture? Requeating the new rural space*. London: 1995.

SEYFERTH, G. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre, RS: Editora Movimento/SAB, 1974. 159p.

SEYFERTH, G. Camponeses ou operários ? O significado da categoria colono numa situação de mudança. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v.29. p. 33, 1983/84.

SILVA, J.G. da. *O novo rural brasileiro*. Campinas, SP: Unicamp, 1996.28 p.

Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFSC. n.31, p.183-201, abril de 2002